

Sete Lagoas: conheça a cidade a 70 quilômetros da capital mineira que vai receber a Seleção do Uruguai para os treinos da Copa do Mundo

\_\_\_\_\_ Página 03

## Entrevista

Rodrigo Meniconi fala sobre seu trabalho na coordenação do Curso Superior de Tecnologia de Conservação e Restauro do IFMG – Campus Ouro Preto

\_\_\_\_\_ Páginas 06 e 07

Comunidade Arturos é reconhecida como Patrimônio Imaterial de Minas



Foto: Acervo IEPHA/MG

Durante apresentação de documentário gravado durante os trabalhos de pesquisas realizados pela gerência de patrimônio imaterial público se emocionou.

\_\_\_\_\_ Página 12

## 1º Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural



Foto: Izabel Chumbinho

Oito regiões representadas por vinte e uma cidades reuniram na Praça da Liberdade cultura, arte, tradição e muita história.

\_\_\_\_\_ Páginas 04 e 05

Carta

9912261467-DR/MG

IEPHA

CORREIOS

## Palavra do Presidente



**E**stá chegando a hora de darmos boas vindas aos turistas que estão chegando ao Brasil para acompanhar os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Trinta e dois países estarão presentes com suas seleções que, divididas em oito grupos, passarão por doze cidades brasileiras, entre elas, Belo Horizonte.

Sabemos que aqueles que estão vindo para assistir aos jogos do mundial vão aproveitar também para conhecer um pouco mais das nossas tradições culturais, gastronômicas e artísticas. As seis

partidas que serão disputadas no estádio Mineirão, em Belo Horizonte, irão atrair muitos turistas que ao desembarcarem em nossa região, serão agraciados com um patrimônio cultural que faz brilhar os olhos de qualquer um.

Teremos o imenso prazer de contar um pouco da história de Minas Gerais e do Brasil aos visitantes, apresentando-lhes nossas cidades, nossas igrejas seculares, nossas praças, nossa arte, nosso tempero...

No dia 7 de junho, o 1º Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, estará reunindo tradição cultural de mais de vinte cidades para que os turistas já instalados em nosso território sejam recepcionados ao estilo de Minas Gerais e a um clima auspicioso. Não faltarão elementos para transformar a Praça da Liberdade em um ambiente tipicamente peculiar aos costumes do povo mineiro.

O evento esportivo acontece no Brasil em um ano que várias atividades serão realizadas em homenagem ao bicentenário de morte de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Uma grande oportunidade de suscitar e valorizar a história de um dos maiores artistas do barroco mineiro, já que todos estarão com os olhos concentrados em nosso país.

Que nós mineiros, possamos apresentar aos milhares de turistas que vierem nos visitar os museus, as praças, as igrejas, as tradições, a arte e a cultura que, reunidos, fazem do nosso patrimônio histórico e cultural um dos roteiros turísticos mais interessantes do Brasil.

Fernando Viana Cabral  
Presidente do IEPHA/MG  
[fernando.cabral@iepha.mg.gov.br](mailto:fernando.cabral@iepha.mg.gov.br)

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Alberto Pinto Coelho

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Denise Parreiras de Oliveira

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Chefe de Gabinete: Danielle Cristine de Faria

Diretor de Conservação e Restauração: Fioravante Vendramini

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

### BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)

Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Ana Flávia Araújo (MG 14308JP)

Revisão gramatical: Isa Maria Marques de Oliveira

Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>2</sup>

Tiragem: 3.000 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Usina do Livro



CULTURA

## Conheça Minas

# Sete Lagoas, cidade de clima interiorano se desponta em meio à modernidade

Por Ana Flávia Araújo

Sete Lagoas é um município do Estado de Minas Gerais, localizado a aproximadamente 70 quilômetros de Belo Horizonte. A região desponta pela sua economia voltada para o grande polo comercial e industrial concentrados na extração de calcário, mármore, ardósia, argila, areia e na produção de ferro-gusa o que vem aumentando gradativamente sua importância e seu crescimento. A cidade apresenta relevo constituído por colinas suaves e clima tropical, com verões quentes e chuvosos e invernos secos. Os nativos de Sete Lagoas contam que a origem do nome da região se dá pelo fato dos bandeirantes, que fundaram a cidade, não saberem ao certo quantas lagoas a cidade tinha. Sete por ser um número organizador de espaço, místico, cabalístico como, por exemplo, sete notas musicais, sete cores do arco íris. Assim surgiu o nome de Sete Lagoas. Hoje a cidade mostra quinze lagoas no mapa oficial, mas, segundo historiadores mais de vinte ainda existem.

Segundo o jornalista Marcelo Paiva, morador de Sete Lagoas, a cidade tem um povo hospitaleiro que acolhe bem quem, por algum motivo, escolhe a região para viver. Mesmo com um clima interiorano, alguns problemas de cidade grande começam a aparecer como o trânsito engarrafado nos horários de pico, mas a qualidade de vida ainda é muito boa. “Vim para Sete Lagoas porque minha esposa já trabalhava na cidade. Desde que me mudei fiquei encantado com as belezas naturais que o município oferece. É muito bom fazer uma caminhada ou passear na orla de uma das lagoas nos fins de tarde”, afirma Marcelo.

Além de oferecer a típica comida mineira, a cidade apresenta ainda uma gastronomia diversificada, sendo que nas tradicionais festas do congado da região, não pode faltar o famoso arroz com frango. Ao longo do tempo, pratos do cerrado que incluem o pequi também passaram a fazer parte da tradição culinária local. Com a aproximação da Copa do Mundo no Brasil a expectativa da cidade é de movimentar o comércio local, já que a seleção do Uruguai vai treinar na região. Um hotel ao lado do shopping da cidade será inaugurado. Os empresários da cidade estão se movimentando e capacitando seus funcionários para que possam receber da melhor maneira possível os turistas que vierem conhecer a cidade.

### | Turismo Cultural

O turismo cultural de Sete Lagoas também ganha novo fôlego este ano com a revitalização de dois edifícios do século XVIII, o Centro Cultural Nhô-Quim Drummond (também conhecido como “Casarão”) e o Museu Histórico Municipal, além do Museu do Ferroviário, que abriga máquinas, ferramentas, móveis e objetos que contam a história da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) na cidade. A Prefeitura já tem os recursos orçamentários e só depende de autorização dos órgãos competentes para realizar os serviços, avaliados em R\$ 300 mil.

O plano de restauração do “Casarão” inclui a substituição de peças de madeira no telhado e no piso, readequação do sistema elétrico e hidráulico e implantação dos projetos de acessibilidade, de segurança contra incêndio e luminotécnico. Mas, dentro de alguns dias, e já para atender à demanda do fluxo turístico a ser provocado pela Copa do Mundo, o edifício passa a contar com um Centro de Apoio ao Turista (CAT), dotado de equipamentos e pessoal treinado para fornecer informações aos visitantes. O Casarão mantém loja para comercialização de artesanato e abriga uma exposição sobre o Folclore, além de “memorial” do Trapalhão Zacarias, que nasceu na cidade.

Para o Museu do Ferroviário estão previstas obras de restauro da fachada, recuperação de portas e janelas e pintura geral do edifício, que mantém as cores tradicionais (azul e branco) das antigas estações da EFCB. Há também um projeto encomendado para a construção de um sistema de proteção de duas máquinas tipo “Maria Fumaça” e de um vagão de passageiros instalados na praça onde se localiza o museu. A Secretaria Municipal de Cultura, que administra o local, está no estágio final de montagem de um site que trará informações sobre a história da ferrovia na cidade. Outra proposta da secretaria, inserida no projeto Memória da Ferrovia, é o tombamento da Estação de Silva Xavier, no distrito que dista 18 quilômetros da sede do município.

O Museu Histórico, edifício que segundo historiadores está relacionado com as atividades do Registro de Sete Lagoas, criado pelo governo da Capitania em 1762 para cobrar os impostos devidos à Coroa, também deverá receber obras de restauro. No “anexo” do Museu, onde funcionam o Departamento de História da Secretaria de Cultura e a Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, a Prefeitura projeta instalar, com apoio do IPHAN, um centro de documentação e pesquisa. O município já dispõe de grande acervo de documentos, que, no entanto, depende de classificação para atender aos pesquisadores e ser aberto à consulta pública.

De acordo com o secretário municipal de Cultura, Márcio Vicente Silveira, a Prefeitura está empenhada em desenvolver um amplo projeto de proteção ao patrimônio histórico, que vem desaparecendo face ao acelerado processo de expansão urbana e de especulação imobiliária. O número de bens tombados existentes no município é pequeno, embora haja pelo menos 100 imóveis inventariados, principalmente edifícios residenciais.

**SERVIÇO** – Os Museus Histórico, e do Ferroviário e o Casarão estão abertos à visitação de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h. Aos sábados e domingos, funcionam de 9h às 15h. Visitas guiadas podem ser solicitadas pelo telefone (31) 3772-7631. Márcio Vicente Silveira Secretário de Cultura de Sete Lagoas.

# I Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural

Por Leandro Henrique Cardoso



A poucos dias da Copa no Brasil, turistas que chegaram em Belo Horizonte para acompanhar os jogos tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais da cultura do nosso estado. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG promoveu no dia 7 de junho, sábado, o I Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural. O evento reuniu arte, cultura e história mineira na Praça da Liberdade para uma grande celebração. Mais de vinte cidades de Minas Gerais expuseram e divulgaram seus produtos típicos, além de contribuírem para uma reflexão entre os visitantes durante o encontro.

Para o presidente do instituto, Fernando Cabral, o encontro proporcionou às pessoas que passaram pela Praça da Liberdade uma viagem por Minas Gerais sem sair de Belo Horizonte. “Quem veio à praça no dia do encontro teve a oportunidade de conhecer costumes e tradições de várias cidades diferentes, sem precisar se deslocar entre elas”, disse Cabral.

Artesanato, música, dança, literatura, entre outras atividades fizeram parte do encontro. O público se divertiu e conheceu um pouco mais da cultura mineira durante todo o dia.

Campo das Vertentes, região metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata, Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Sudoeste de Minas, Norte de Minas, Central e Triângulo Mineiro. Essas são as regiões mineiras que marcaram presença no encontro através das cidades: Alfredo Vasconcelos, Belo Horizonte, Caeté, Cipotânea, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Coqueiro Campo, Diamantina, Gouveia, Guarda-Mor, Guaxupé, Itabirito, Matias Cardoso, Nova Lima, Ouro Preto, Prados, Sabará, Serro, São João Del Rei e Uberlândia. Cada uma delas trouxe parte de sua tradição e se juntaram ao charme da Praça da Liberdade transformando-a em um verdadeiro “livro de histórias a céu aberto”.

Foram mais de 60 atividades culturais entre exposições, atrações musicais, artesanatos, oficinas, danças, manifestações regionais e degustação de bebidas e comidas típicas.



## | Programação integra o calendário do “Ano do Barroco Mineiro e o Bicentenário de Morte de Aleijadinho”

Como forma de enriquecer as discussões e ações de divulgação acerca do Barroco Mineiro e do legado deixado por Aleijadinho, o I Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural integra o calendário do “Ano do Barroco Mineiro e Bicentenário de morte de Aleijadinho”. Uma iniciativa do Governo de Minas, por meio das Secretarias de Estado da Cultura e de Turismo e Esporte, em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O ano de 2014 será marcado por várias comemorações que celebram o barroco e o artista



mineiro, reconhecido mundialmente pela sua arte e genialidade. A programação das comemorações pode ser acessada através do site: [www.almg.gov.br/aleijadinho](http://www.almg.gov.br/aleijadinho).

Algumas das principais atrações do evento foram: as benzedeiras e o artesanato com bainha aberta de Caeté; construção do tapete devocional e desfile das rainhas do milho de Cipotânea; artesanato de Chapada do Norte; exposição dos figurinos da festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Conceição do Mato Dentro; ofício das quitadeiras de Congonhas; artesanato e modo de fazer a cerâmica de Coqueiro Campo; oficina de capim

branco e arraiolo de Diamantina; dança do grupo Quilombola Espinho e artesanato em cabaça e palha de Gouveia; artesanato e o modo de tecer e fiar de Guarda-Mor; festa das orquídeas e da folia de Reis de Guaxupé; grupo de percussão da APAE e exibição de filme animação com o tema "pastel de angu de Itabirito"; artesanato de Matias Cardoso; artesanato e queca de Nova Lima; Doces de São Bartolomeu de Ouro Preto; exposição "Lugares e memórias da ditadura militar" e fotógrafos lambe-lambe de Belo Horizonte; exposição sobre Aleijadinho e palma barroca de Sabará; queijo e cachaça do Serro; congado e folia de Reis de São João Del Rei; e artesanato e congado terno sainha de Uberlândia.

### | Música na Praça

A cantora Fernanda Takai em parceria com a Orquestra de Ouro Preto apresentou um repertório especial para o evento que reuniu cerca de oito mil pessoas na Praça da Liberdade. Quem também esteve no palco foi o cantor e compositor mineiro Chico Lobo que com sua musicalidade mineira encantou a todos os presentes.

Encerrando a festa, os grupos Zé da Guiomar e Bate Boca se revezaram no palco do Sesc Chorinho e Samba na Praça. O I Encontro do Patrimônio Cultural foi realizado pelo IEPHA/MG e Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais em parceria com Gerdau, Shopping Xavantes, BDMG Cultural, Crea Cultural, CDL BH, OAB Minas Gerais, Leroy Merlin, Sesc, Prefeitura de Belo Horizonte, Instituto Cultural Sérgio Magnani e Circuito Cultural Praça da Liberdade.

# ENTREVISTA



Rodrigo Meniconi



Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da UFMG (1980), especialista em Restauração pela Scuola di Perfezionamento per lo Studio ed il Restauro dei Monumenti pela Università di Roma (1984), e mestre em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da UFMG (1999). Atualmente é coordenador e professor do Curso Superior de Tecnologia de Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais-Campus Ouro Preto. Foi professor no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, de Gestão do Patrimônio Cultural, no Curso de Especialização em Planejamento Ambiental Urbano da PUC Minas, e de História da Arquitetura e do Urbanismo e de Projeto no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Conservação e Restauração de Monumentos.

## **Quando e por que você em Conservação e Restauração de monumentos?**

Desde estudante tinha muito interesse pelas áreas de história da arquitetura e de restauração. Para minha felicidade, após um ano da minha formatura, fui agraciado com uma bolsa de estudos oferecida pelo Governo Italiano e tive a oportunidade de cursar, durante quase três anos, a Escola de Aperfeiçoamento para o Estudo e o Restauro de Monumentos, da Universidade de Roma "La Sapienza", na Itália. Retornei ao Brasil em meados de 1984, aonde venho, desde então, atuando na área.

## **Você coordenou o projeto de restauração do Colégio do Caraça. Quando e como foi o Trabalho?**

O projeto de intervenção do antigo Prédio dos Alunos do Colégio do Caraça foi desenvolvido logo após a minha volta, para a Fundação Roberto Marinho e o IEPHA, na época presidido pelo Rodrigo Andrade. Na verdade não se trata de uma restauração convencional, pois, devido ao estado de arruamento da edificação, a simples conservação do "invólucro"

restante não era suficiente para resgatar os valores do conjunto. Assim, optamos pela consolidação das estruturas remanescentes e pela inserção, no interior das ruínas, de um novo edifício, francamente moderno, com o objetivo de criar um novo organismo, resultante da fusão dos antigos e novos elementos, conforme formulações e preceitos de meus professores em Roma, em especial Bonelli, Minissi e Carbonara, no entendimento que as intervenções de restauro, constituem, a um só tempo, atos de natureza crítica e criativa.

## **Atualmente você é coordenador e professor do Curso Superior de Tecnologia de Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais-Campus Ouro Preto. Qual o principal foco do curso e o que os alunos aprendem?**

O Curso, que obteve, em abril de 2011, o conceito quatro na avaliação do MEC, e está em funcionamento desde 2006 no Campus Ouro Preto do IFMG, foi criado com o objetivo de formar profissionais tecnólogos de nível superior com capacitação técnico-tecnológica e operacional para o desenvolvimento de atividades de conservação e restauro de imóveis,

especialmente os de valor cultural, com visão crítica, abrangente e multidisciplinar, capazes de interagir com ampla gama de profissionais afetos às questões da conservação do patrimônio construído. Suas linhas de estudo fundamentais, de cunho eminentemente conservativo, contemplam o levantamento e registro dos objetos, o conhecimento dos materiais e das técnicas construtivas tradicionais, a identificação das degradações e de suas causas, a proposição de ações de conservação e restauro adequadas, a definição dos instrumentos de manutenção e a programação e gestão de obras e serviços, sempre embasados por uma postura crítica e culturalmente responsável, fornecida pela contextualização dos objetos e pela compreensão das finalidades das intervenções.

### **O que é Gestão do Patrimônio Cultural (já que você foi professor no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas)?**

A efetiva implantação de uma política de conservação integrada do patrimônio cultural, como estabelecido pela Constituição Federal e incrementada, em Minas Gerais, pelo programa do ICMS Cultural, exige a qualificação dos diversos agentes e profissionais envolvidos, ao lado de uma ampla gama de iniciativas para o desenvolvimento dos instrumentos e recursos necessários.

Estas iniciativas contemplam o aprimoramento dos meios legais de tutela e salvaguarda, das ações de pesquisa, inventário, registro e catalogação dos bens, do planejamento e gestão de projetos e obras de conservação, restauro e requalificação do patrimônio edificado, da criação de fontes de financiamento, fomento e incentivo.

A gestão desta política deve envolver tanto os atores já presentes e as três esferas de governo, tradicionais responsáveis pela salvaguarda legal destes bens, como novos agentes da comunidade, entendida hoje como a principal guardiã de seu patrimônio.

No que concerne à formação dos agentes envolvidos, constatamos que os cursos de graduação e de pós-graduação existentes, em sua maioria, tratam do tema de forma genérica, excessivamente teórica ou restrita e fragmentada, não fornecendo uma capacitação adequada para o planejamento e gerenciamento de políticas de preservação do patrimônio cultural. Este constitui o maior desafio para os responsáveis pela formação e qualificação dos profissionais da área.

**As referências históricas, culturais e artísticas em nosso país são diversas. De acordo com sua experiência ao longo dos anos, como traçar um panorama de preservação no Brasil, desde a primeira legislação de proteção ao patrimônio criada em 1937 pelo governo de Getúlio Vargas, e, em especial em Minas Gerais?**

O que ocorreu foi a sucessiva e paulatina ampliação dos conceitos e do campo operativo disciplinar, com o incremento dos objetos e bens considerados pelas ações de conservação e restauro, o surgimento e desenvolvimento de novas formas e modalidades de intervenção, o aumento da consciência e do interesse pela preservação por parte das comunidades e o envolvimento de novos e diversos agentes.

Nas três primeiras décadas do século XX, por ação de discursos que tiveram origem ainda no século XIX, o patrimônio de Minas, em particular

das cidades do ouro, passam a encarnar valores essenciais na construção da identidade nacional. Com a elevação de Ouro Preto à condição de Monumento Nacional, em 1933, essas intenções adquirem consistência institucional e operativa, com a criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais e, depois, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fazendo com que sejam aplicados e desenvolvidos os conceitos, as metodologias e as práticas de conservação e restauro.

De uma primeira abordagem museológica, passa-se a uma visão monumental e arquitetônica, que caracteriza a primeira fase do SPHAN até chegar ao tratamento da questão nas dimensões e com os instrumentos urbanísticos, que se fizeram necessários a partir do final dos anos sessenta.

Verifica-se, a partir dos anos oitenta, o surgimento de novas posturas e orientações. Por essa ocasião, assiste-se a iniciativas de articulação e harmonização de várias instituições e agentes, buscando implementar um programa de conservação integrada, que num primeiro momento, não adquiriram consistência e organicidade, mas, a partir da década de 1990, com os novos entendimentos sobre a conservação das cidades e as disposições da Constituição Federal de 1988, os municípios devem passar a atuar, ativamente, na salvaguarda do seu patrimônio. A Lei do ICMS Cultural, de 1996, que incentiva a promoção de ações de conservação pelos municípios mineiros, é um exemplo desse novo caminho.

A grande questão que agora se apresenta é a de como operacionalizar a conservação integrada do patrimônio cultural, envolvendo suas instituições, a comunidade, os profissionais e os técnicos, dotando-os, ao mesmo tempo, de todos os instrumentos e recursos necessários.

**Estamos vivendo em uma época que a tecnologia se tornou indispensável em nossas vidas. Como a tecnologia pode ser utilizada a favor da preservação do patrimônio cultural?**

No campo específico do restauro, o emprego de novas tecnologias para a elaboração de levantamentos, diagnósticos e projetos de restauro e de reabilitação de edificações existentes é bastante promissor, fornecendo produtos de forma mais rápida, confiável e precisa. Temos também o desenvolvimento de técnicas e equipamentos para execução de ensaios não destrutivos, fundamentais na caracterização de materiais e patologias. A criação de softwares específicos para a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão de obras de restauro e o desenvolvimento de produtos e equipamentos para execução de obras, constituem um campo potencial para a aplicação de novas tecnologias.

**O tema patrimônio cultural – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS é bem querido pelos alunos? Por quê?**

Acredito que o interesse dos alunos resulte da maior conscientização da sociedade, que exige, cada vez mais, a promoção efetiva da conservação ambiental e do patrimônio edificado. Como consequência, as ações de salvaguarda, de restauro e revitalização passaram a assumir um papel relevante no quadro da cultura contemporânea. Assim, ao lado do incremento do campo de trabalho, atuar na área do patrimônio cultural adquiriu, já há algum tempo, um significado particularmente gratificante, por se tratar de uma atividade profissional que busca assegurar a sobrevivência dos bens pertencentes a toda a comunidade.

## Tirando da Gaveta

# Wellington Carvalho, um capixaba com alma de mineiro e fama de baiano

Por Ana Flávia Araújo



**W**ellington Farias de Carvalho, engenheiro arquiteto, servidor público estadual, há 35 anos presta serviço ao IEPHA. O capixaba com alma de mineiro e fama de baiano adotou Minas como sua terra do coração, se emociona ao falar das lutas e glórias vividas durante décadas na instituição. O servidor sempre teve orgulho de colocar o nome do IEPHA à frente de todas as situações relacionadas ao seu trabalho. E acredita que a sociedade precisa trabalhar mais para conscientizar a população da importância de se preservar o patrimônio histórico.

Em 1978 o jovem estudante de engenharia recebeu do IEPHA a proposta para fazer estágio em Belo Horizonte. Na época a instituição ainda era pequena, pouco reconhecida, “um bebê que engatinhava em busca de voos longos”, mas que acabara de receber um recurso muito grande da UNESCO e do Governo Federal para a formalização do plano de restauração dos bens do Patrimônio Cultural e Artístico de Minas Gerais. O instituto precisava de profissionais que realmente se interessasse pela casa e pelo seu crescimento. A princípio aquela proposta para o jovem Wellington não era muito tentadora, mas mesmo assim ele aceitou o desafio e se instalou definitivamente na capital mineira, deixando em Salvador sua família e uma saudade eterna daquela terra. “Na verdade eu não queria trabalhar no IEPHA (eu nem queria trabalhar na área de patrimônio), mas as possibilidades de viajar a serviço falaram mais alto na minha decisão. Eu consegui mesmo tão jovem, enxergar o quão importante seria para minha vida profissional aquele estágio. Além de que estava tendo a chance de unir o útil ao agradável, pois eu adoro viajar”, declara Wellington.

Segundo Wellington, seus primeiros passos como servidor do IEPHA aconteceram no Caraça, na fase de elaboração do projeto. O contato direto com diferentes profissionais trouxe um grande aprendizado para o servidor, tanto na vida pessoal quanto na vida profissional. “Tive a oportunidade de trabalhar em todas as etapas de obras do IEPHA, isso é um privilégio para mim enquanto colaborador da casa”. Após se formar foi reclassificado pela instituição como arquiteto e com o passar do tempo tomou gosto pelo trabalho. No período da inflação nem o baixo salário conseguiu fazê-lo mudar de ideia, decidiu permanecer no órgão e construir a sua história.

O IEPHA representa a esperança para as comunidades que tem como riqueza e referência seus bens culturais. Um bom relacionamento interno e externo e o contato direto com as comunidades facilita a interação da sociedade com a

instituição. Wellington conta que há alguns anos em um trabalho em Confins, cidadezinha mineira com poucos habitantes, aconteceu um fato curioso e inusitado. Metade da cidade queria a restauração de uma igreja e outra metade queria uma igreja nova. Resumindo o ocorrido: um morador que exigia que ele jogasse a igreja ao chão o recebeu com um facão nas mãos. Ao mesmo tempo a mãe do sujeito o convidou para um delicioso café típico interiorano em forma de agradecimento por salvar a igreja que guardava muitas histórias, como casamentos, batizados, missas entre tantas outras lembranças que foram se perdendo ao longo do tempo.

Depois da obra pronta mesma pessoa que ameaçou o técnico com o facão agradeceu pelo trabalho realizado na igreja e resolveu batizar seu filho lá. Depois de finalizada a obra toda a comunidade se emocionou. “Por isso a palavra de ordem quando me refiro ao IEPHA e todo o trabalho realizado por mim junto à instituição é gratidão. É gratificante a sensação de dever cumprido. As obras são feitas para atender a ansiedade da comunidade e não a vaidade do profissional. O nosso trabalho tem que convergir com o desejo da comunidade. É preciso ter sintonia com a sociedade para que o processo de trabalho seja agradável e tenha sucesso, portanto os técnicos executam as obras de restauração, mas são os leigos que julgam o que será feito, enfim a sociedade não sabe restaurar, mas tem o sentimento do bem que se é restaurado”, afirma o servidor.

Wellington acredita que entre tantas mudanças, incertezas e implementação no órgão, o grande lance inovador da instituição foi a implantação do ICMS Patrimônio Cultural que pode ser considerado o período de transição do órgão, fase essa que vem trazendo evolução, crescimento e credibilidade para a casa. “Ao longo do tempo o IEPHA teve momentos positivos e negativos, muitos acreditavam que o órgão seria extinto, mas mesmo nesses momentos de incertezas, eu sempre acreditei que a instituição já é por si só, um Patrimônio Histórico e Cultural não seria suprimida nunca, como não acabou e se tornou história”, declara emocionado Wellington.

O bom relacionamento com os colegas de trabalho lhe rendeu várias amizades. Comunicativo, participativo e sempre prestativo. Esses são adjetivos comuns atribuídos ao servidor que declara a instituição como sua segunda casa. O servidor finaliza contando que já recebeu vários ofícios o parabenizando pelo seu profissionalismo, desempenho, dedicação e amor incondicional ao trabalho empenhado ao IEPHA/MG.

## Notícias

# Curso de diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural

Por Leandro Henrique Cardoso



**D**urante o programa “Minas Território da Cultura” no município de Paracatu, o Analista de Gestão, Proteção e Restauo do IEPHA/MG, Carlos Henrique Rangel, ministrou o curso de diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural. Foram abordados conceitos de memória, identidade, cultura, bem cultural, patrimônio, preservação, conservação, restauração, intervenção, inventário e tombamento. Participaram cerca de 50 pessoas, entre elas vereadores, professores da rede particular, estadual e municipal, servidores públicos, agentes culturais, representante do Cine Teatro Santo Antônio, o Departamento de Turismo, o Circuito Turístico, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo e também representantes dos municípios de Chapada Gaúcha, Vazante, Guarda-Mor e Patos de Minas.

A palestra teve como objetivo capacitar os interessados sobre a importância da socialização, do conhecimento, da sensibilização e do envolvimento das comunidades, além de estimular a apropriação e o uso do Patrimônio Cultural. Para Carlos Rangel, o objetivo é estimular o diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação dos bens culturais, para que protejam

e promovam o patrimônio local, propiciando a troca de conhecimentos acumulados sobre os bens protegidos. “Incentivar a participação das comunidades nas decisões referentes à preservação, revitalização e conservação dos marcos culturais, estimula a autoestima dos vários segmentos sociais através da valorização e reconhecimento de suas produções e proporciona o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva”, declara o analista.

Ainda segundo o analista, o curso contribuiu para a motivação, o fomento e difusão das diretrizes patrimoniais, atingindo o objetivo de promover a construção das políticas públicas culturais da região mineira. “A participação de todos é muito importante e possibilita a ampliação, o intercâmbio de conhecimento, as experiências e vivências regionais”. Além da do fortalecimento da política de proteção do patrimônio cultural no país, no estado e nos municípios, o curso visa estimular os agentes culturais e multiplicadores dessa política e orientá-los sobre a importância do envolvimento da população na preservação da história.

# Bens Desaparecidos

Por Raphael Joao Hallack Fabrino – Gerente de Identificação e  
 Maria Ângela Pinheiro – Técnica de Proteção, Conservação e Restauro

Na manhã de 7 de março do ano de 1994, quando os funcionários do Museu Regional do Sul de Minas, localizado na cidade de Campanha, foram abrir a edificação constataram que uma de suas portas estava arrombada. Ao adentrarem o recinto perceberam que outras portas e janelas também haviam sido rompidas. No pátio do Museu foram encontrados alguns objetos abandonados pelos ladrões, sendo três imagens: São Pedro, São Sebastião e Santa Bárbara, além de um porta óleo e um oratório.

Ao conferirem o acervo por meio de uma listagem foi constatado o desaparecimento de 28 peças de grande relevância, datadas dos séculos XVII, XVIII e XIX. Do montante das peças furtadas pouco foi recuperado. Uma imagem de Santa Cecília foi recuperada em São Paulo no ano de 1998. Em 2003 uma imagem de Santana Mestra e outra de Santa Bárbara foram apreendidas no ateliê de um restaurador na mesma cidade. Em 2004, a imagem de São Vicente Ferrer foi anonimamente deixada enrolada em um cobertor no banco de uma igreja, também na capital paulista juntamente com um bilhete que dizia “imagem desaparecida do Museu Regional do Sul de Minas, São Vicente Ferrer – Sec. XVIII. Favor devolver ao seu local de origem. Ass: Colaborador da Recuperação do Patrimônio Histórico de M.G.”.

O pároco entregou o bem ao Museu de Arte Sacra de São Paulo e posteriormente foi feita a identificação pelos técnicos do IEPHA/MG que constatou a procedência do Museu Regional do Sul de Minas em Campanha, furtado em 1994.

Como consequência do furto ocorrido em 1994, foi realizado na cidade de Campanha no ano de 2009 o “1º Encontro sobre Bens Desaparecidos – Nosso Acervo”, reunindo representantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), da Diocese e do município de Campanha que resultou na assinatura da “Carta de Campanha em defesa do patrimônio cultural sacro de Minas Gerais”. O documento é resultado de discussões realizadas durante o evento sobre as estratégias de segurança dos museus e igrejas de Minas Gerais, bem como sobre a restituição e destinação dos bens apreendidos no Estado elencando 33 conclusões e recomendações.

Apesar das ações de recuperação e os desdobramentos ocorridos após o furto no Museu Regional do Sul de Minas, ainda permanecem desaparecidos 24 itens: dois cálices; um púcaro; duas **representações de cativos** elaborados em madeira na primeira metade do século XIX, um com 33 cm de altura, 19,06 cm de largura e 18,1 cm de profundidade e o outro com 33 cm de altura, 17,6 cm de largura e 15,7 cm de profundidade; duas imagens de **Nossa Senhora da Piedade**, uma elaborada em madeira com 27 cm de altura, 17,5 cm de largura e 13 cm de profundidade e a outra elaborada em terracota no século XVIII com 22,6 cm de altura, 18,7 cm de largura e 16,7 cm de profundidade; quatro imagens de **Nossa Senhora do Rosário**, a primeira elaborada em madeira no século XVII com 49,3 cm de altura, 19 cm de largura e 16,3 cm de profundidade, a segunda elaborada em madeira no século XIX com 49 cm de altura, 19,5 cm de largura e 16,1 cm de profundidade, a terceira elaborada em madeira no século XVIII com 51,7 cm de altura, 21,1 cm de largura e 16,7 cm de profundidade, e a quarta elaborada em madeira no século XVIII com 71,7 cm de altura, 34,07 cm de largura e 28,08 cm de profundidade; dois **oratórios Dom José**, também chamados de lapinhas ou maquetinas elaborados em madeira em fins do século XVIII ou início do XIX, o primeiro com 59,2 cm de altura, 23,3 cm de largura e 10,8 cm de profundidade e o outro com 51,4 cm de altura, 23,9 cm de largura e 13,67 cm de profundidade; uma coroa de prata; uma custódia elaborada no século XIX; uma imagem de **Nossa Senhora da Apresentação** elaborada em madeira no final do século XVIII com 46 cm de altura, 19,3 cm de largura e 18,4 cm de profundidade; uma imagem de **São Benedito** elaborada em madeira no século XIX



Nossa Senhora da Piedade – Museu Regional do Sul de Minas  
 Município de Campanha

com 56,6 cm de altura, 23,6 cm de largura e 18,2 cm de profundidade; uma imagem de **São Elesbão** elaborada em madeira no século XVIII com 43,09 cm de altura, 22 cm de largura e 16 cm de profundidade; uma imagem de **São João** elaborada em madeira no século XIX; uma imagem de **São João Batista menino** elaborada em madeira no século XVIII com 32,3 cm de altura, 21,2 cm de largura e 12,7 cm; uma imagem de **São José** elaborada em madeira no século XVIII com 53,3 cm de altura, 28,0 cm de largura e 17,8 cm de profundidade; uma imagem de **São Roque** elaborada em madeira na primeira metade do século XIX com 57,6 cm de altura, 27,3 cm de largura e 24,7 cm de profundidade; uma imagem de **Santo Antônio** elaborada em madeira no século XIX com 46,7 cm de altura, 20,5 de largura e 16,4 cm.

Esses objetos podem ter sofrido alterações para dificultar seu reconhecimento e restituição. No entanto, ao identificar alguma semelhança com as imagens aqui expostas ou estar de posse de uma delas o requerente ou denunciante pode entrar em contato com o IEPHA/MG a fim de prestar informações ou restitui-las anonimamente, como relatado no caso da imagem de São Vicente Ferrer.

Roubar peças sacras é crime. Denuncie. Ligue (31)3235-2800 ou acesse o site [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br).



## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Antiga Alfândega) – Belo Horizonte

Por Adalberto Andrade Mateus

As alfândegas foram criadas como repartição do governo, responsáveis pelo controle de entrada e saídas de mercadorias. Sendo assim, tornaram-se instituições incumbidas pela cobrança dos tributos referentes a esses produtos. Minas Gerais também teve a sua, cujo prédio original é bem cultural do Estado, protegido pelo decreto estadual nº. 27.927, de 15 de março de 1988, com inscrição no livro II – do Tombo das Belas Artes, e III – do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. É tombado em nível municipal desde 1º de fevereiro de 1995.

Em 20 de julho de 1923, foi autorizada a criação de uma alfândega em Minas Gerais. As obras para a construção do prédio foram iniciadas em 24 de agosto de 1925, quando foi lançada a pedra fundamental pelo então presidente do Estado Fernando de Mello Vianna. O projeto da edificação coube ao arquiteto Luiz Signorelli e as obras foram administradas pelo engenheiro Octávio Penna.

O prédio principal, destinado às funções administrativas, foi construído na Praça Rio Branco, bem próximo ao então Mercado Municipal (posteriormente ocupado pela Feira de Amostras e atual terminal rodoviário de Belo Horizonte). No projeto inicial, esteve traçada a construção de

quatro armazéns com previsão para entrada dos trens da Central do Brasil e da Oeste de Minas. Esses armazéns, inicialmente projetados com cerca de 100 metros de comprimento, foram localizados entre o ribeirão Arrudas e o prédio do Mercado. A notícia publicada em 1926 informou sobre a modificação no projeto original dos armazéns, mas são mantidas as propostas de salões destinados a mercadorias de importação e exportação. O impulso ao desenvolvimento econômico de Minas verificado na década de 1920 teve como uma de suas marcas a implantação da Alfândega, custeada pelo governo do Estado, para o funcionamento dos serviços sob a responsabilidade da União. Na mensagem de 1925, Mello Vianna destaca os propósitos da iniciativa:

Não pretendemos importar desde já directamente todas as mercadorias que consome o Estado, nem a maior parte delas. Tão pouco cogitamos de crear novas correntes commerciaes nem de desviar as existentes. O que o Estado pretende, com a Alfandega, é suprimir intermediários dispensáveis entre os importadores desta Capital, que já é um grande emporio de commercio, e o exportador estrangeiro, permitindo que fiquem no Estado os lucros da importação das mercadorias de que se vêm abastecer em Bello- Horizonte grande parte da zona do Oeste, servida pela E.F. Oeste de Minas, parte do Triangulo Mineiro atravessada pela mesma via-ferrea, a região do norte cortada pela E.F. Central e seus ramaes de Diamantina e Montes Claros e parte da Matta.

A sociedade mineira, em especial ligada ao comércio, acompanhou com entusiasmo a instalação da Alfândega. Eduardo Furett manifestou as palavras de saudação da Associação Comercial de Minas:

O commercio mineiro, pela voz da Associação Commercial de Minas vem, neste momento, patentear a sua lidima satisfação. E' que começa a



converter-se em realidade um dos idéaes mais antigos e mais desejados da grande classe, com o lançamento da primeira pedra da Alfandega Central, alavanca máxima do verdadeiro desenvolvimento mercantil do povo mineiro, e eixo de todos os progressos de nossas operações futuras<sup>1</sup>.

Para a Alfândega, Luiz Signorelli propôs uma construção “em estylo sóbrio e harmônico, lembrando o estylo renascença francesa”. O prédio foi projetado para suportar três andares, mas somente dois foram construídos. Para a fachada principal foi construído um pórtico monumental de entrada. No porão, uma caixa forte em concreto armado com ampla porta forte, para a guarda dos valores. No centro da construção, uma escada de mármore para o acesso ao pavimento superior é iluminada por um vitral, com medalhões apresentando alegorias alusivas à indústria, ao comércio e ao meio de transporte ferroviário, representado por uma locomotiva – imagens bem próprias a um prédio para funções alfandegárias. A sala nobre destinada à inspetoria recebeu atenção especial, com trabalhos em gesso que à época buscaram se assemelhar a ornamentos de marfim. Em 24 de fevereiro de 1929 foi instalada a Alfândega de Belo Horizonte, a “nova repartição federal, que é a primeira aduana secca instalada no Brasil”.

O prédio destinado à Alfândega foi, em 1935, destinado para sediar a Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e, a partir do ano 2000, a Secretaria de Estado de Turismo. Atualmente, no prédio está instalada a sede da 1ª Região Integrada de Segurança Pública, da Polícia Militar de Minas Gerais.

*Mais informações sobre esse bem tombado podem ser conferidas no capítulo 71 do Guia de Bens Tombados IEPHA/MG, de autoria de Maria Inez Cândido e Tarcísio de Guadalupe Ferreira Gomes.*

<sup>1</sup> Silveira, Victor. Minas Geraes em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Official, 1926, p.368-70

<sup>2</sup> Diário de Minas. Belo Horizonte, 25 set. 1925. P.1

<sup>3</sup> Minas Geraes. Belo Horizonte, 23 fev. 1929. P.12

# Arturos: a primeira comunidade reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil

Por Leandro Henrique Cardoso



diária, constatamos a importância e a relevância da comunidade como mantenedora de diversas tradições culturais de Minas e do Brasil”, relatou emocionado o gerente.

O presidente do IEPHA/MG Fernando Cabral ressaltou o papel desempenhado pela equipe envolvida no processo. “Um trabalho tão minucioso e com tanta riqueza de informações culturais como este só pode ser desenvolvido por profissionais dedicados”, falou Cabral.

Segundo Jorge Antonio dos Santos, uma das lideranças da Comunidade dos Arturos, o reconhecimento dentro de Minas e do Brasil eleva a autoestima de cada membro. “Saber que os trabalhos de pesquisas em nossa comunidade resultaram no seu registro como bem cultural de Minas Gerais, é sinal que os nossos ancestrais não trabalharam em vão”, falou Jorge, destacando ainda a importância da fé e devoção às tradições, a cada prestígio conquistado.

Os Arturos vivem na cidade de Contagem, Minas Gerais, e são uma comunidade familiar, tradicional, de ascendência negra, formada pelos descendentes e agregados de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva. Em sua vivência diária a comunidade detém diversas expressões culturais. Os sons e os ritmos ditados pelas batidas dos tambores são constantes de todos os momentos e estão presentes no Batuque, na Folia de Reis, no Candombe, no Reinaldo de Nossa Senhora do Rosário, na Festa da Abolição e na Festa do João do Mato.

Em abril deste ano, a experiência dos trabalhos realizados na Comunidade dos Arturos foi apresentada pelo gerente de Patrimônio Imaterial no VI Congresso Iberoamericano de Cultura, com o tema Culturas Vivas Comunitárias, em San Jose na Costa Rica.

Para o gerente, o Brasil se destaca na América Latina quando o assunto é trabalho envolvendo grupos culturais. “A percepção que tive durante o evento, é que o Brasil é referência em metodologia de trabalho e abordagem participativa dos grupos culturais ou agentes em geral”, relatou Luis.

O Estado de Minas Gerais já possui três bens culturais de natureza imaterial registrados. O primeiro foi o modo de fazer o queijo artesanal da região do Serro, registrado em 2002; em maio de 2013 a festa de Nossa Senhora dos Homens Pretos de Chapada do Norte também recebeu o reconhecimento como bem cultural de Minas. Agora o Estado recebe seu terceiro registro imaterial e o primeiro no país para grupo: os Arturos.

**E**m Maio, o Conselho Estadual de Patrimônio – CONEP – aprovou por unanimidade, o registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais.

Durante a apresentação dos trabalhos realizados pela equipe da gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG, os presentes na reunião não conseguiram conter a emoção. Ao assistirem o documentário gravado com imagens da comunidade, lágrimas desceram dos olhos de quem presenciou um momento marcante para a cultura brasileira.

Ao final da apresentação do gerente de Patrimônio Imaterial do IEPHA, Luis Gustavo Molinari Mundim, foi lido o parecer da professora Ivana Denise Parrela, relatora do processo, que “recomendou o Registro da Comunidade dos Arturos como bem cultural de natureza imaterial que constitui patrimônio cultural mineiro no Livro de Registro de Lugares e o reconhecimento do Reinaldo/Congado dos Arturos, Festa do Rosário dos Arturos e Benzeção dos Arturos como patrimônio cultural de Minas Gerais e sua inscrição no Livro das Celebrações e Ritos”.

Para Luis Gustavo Molinari Mundim, desenvolver trabalhos de pesquisas como o da Comunidade dos Arturos acrescentou muito como conhecimento para todos os envolvidos. “Durante o período de dois anos, numa convivência quase que